

# “Não será feito um acordo formal”

por Maria Helena Tachinardi  
de Brasília

O comissário Claude Cheysson, encarregado da política mediterrânea e das relações Norte-Sul da Comissão das Comunidades Européias, está convencido de que não haverá um acordo formal entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Deve haver um acordo não escrito, uma piscada de olho, como vem acontecendo há dois anos”, prevê, relatando a sensação, colhida junto às autoridades brasileiras, de que o Brasil não pedirá moratória. “Por que ‘criar uma hipótese sobre uma idéia que não é aceita por seu governo?’” respondeu a um jornalista. Não tenho o direito de dizer à imprensa o que me foi dito pelos ministros e pelo presidente. Posso dizer que eles não aceitam a moratória que quer dizer não assumir os compromissos do passado. O Brasil assume seus compromissos e é importante que isso seja dito a todo o mundo. Os compromissos assumidos são muito pesados e cabe torná-los mais

leves ou compensá-los pela chegada maciça de novos financiamentos. Nunca ouvi nenhum responsável brasileiro falar em moratória, o que faria o Brasil sair da economia de mercado e essa não é a intenção de ninguém. Então, não se trata de moratória, mas de que os encargos que estão insuportáveis devem tornar-se mais leves”, afirma.

“Quando o acordo com o FMI não se torna possível há maneiras de se chegar a arranjos particulares, como fez o Brasil até agora, acordos distintos com os bancos credores. Agora, não sei como vai se desenvolver essa negociação. Sei que é preciso encontrar um meio mais leve para o serviço da dívida ou de compensar o pleno serviço da dívida pela abertura de novos créditos. A fórmula foi aquela recomendada pelo secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, na reunião do FMI, em Seul. Foi o chamado Plano Baker, que não deu certo. Portanto, é certo que se tem de encontrar uma fórmula. Is-

so comporta, para os brasileiros, uma continuação das negociações e que tudo seja feito para a chegada de novos capitais, novos investimentos, tão atraentes quanto possível”.

Cheysson está confiante nas negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), mas teme que em julho, em plena negociação comercial multilateral, outra reunião simulânea, também em Genebra, da Unctad (Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), possa ser “poluída pela demagogia de países como os EUA, a URSS e outros em desenvolvimento”.

Cheysson considera importante a reunião da Unctad para a discussão de temas que não serão tratados pelo GATT, como o comércio compensado “counter-trade” e a deterioração dos preços das matérias-primas.